

**MAMBISAS, FEMINISMO E A IDENTIDADE NACIONAL FEMININA CUBANA**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v1i1p35-51

Igor Martin Pereira\*

**Palavras-chave:** Feminismo, Revolução Cubana, Guerra de Independência Cubana, Mambisas

**Resumo:** O presente artigo tem por intenção explorar a questão da identidade nacional em cruzamento com o feminismo e as políticas de igualdade de gênero em Cuba por uma perspectiva histórica partindo dos momentos pós-revolucionários do século XX. Foram utilizados livros e artigos acadêmicos tratando do tema para se realizar a análise dos aspectos propostos, buscando as rupturas e continuidades nessas questões entre o período pós-independência e o pós-revolução de 1959, dando atenção particular à figura das *mambisas* e como esse modelo de mulher revolucionária, original da guerra de independência, contribuiu para a construção de uma identidade nacional feminina e para uma atuação revolucionária por parte das mulheres cubanas na revolução de 1959. A análise empreendida resultou na identificação das especificidades do feminismo cubano do século XX, da lógica das políticas de igualdade de gênero empreendidas pelo governo instaurado pela revolução e de que forma a figura das *mambisas* condicionou o desenvolvimento desse feminismo a partir de uma identificação identitária tanto revolucionária quanto tradicional no que se refere ao papel das mulheres na sociedade cubana.

**INTRODUÇÃO**

Os mais recentes relatórios (2012) do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) colocaram Cuba na sexagésima terceira posição no Índice de Desigualdade de Gênero (GII), em que foram analisadas, dentre os dados de cento e quarenta e oito países, três dimensões para mensurar o estado atual das desigualdades de gênero, a citar: saúde reprodutiva (composta por taxas de

---

\* Graduando em História pela Universidade de São Paulo.

mortalidade materna e de fertilidade adolescente), empoderamento (composta por taxas de participação no parlamento e na educação superior) e participação no mercado de trabalho.

No último relatório do *Global Gender Gap Index*(2013), realizado pelo Fórum Econômico Mundial, Cuba figura na décima quinta posição em uma lista de cento e trinta e seis países. Os critérios adotados para a elaboração desse índice são agrupados em “Participação Econômica e Oportunidade” (paridade de salários, níveis de participação e acesso a empregos que requeiram alto nível de habilidades técnicas), “Obtenção de Educação” (acesso à educação básica e superior), “Empoderamento Político” (representação nas estruturas de tomada de decisões) e “Saúde e Sobrevivência” (expectativa de vida e proporção de sexos na população).

Em ambos os casos, Cuba figura entre as melhores colocações da América Latina, particularmente no *Global Gender Gap Index*, em que a diferença para com outros países da região é mais visível. Dito isso, parte dos motivos para este estudo é tentar compreender, até onde for possível, as origens históricas das políticas de gênero que levaram Cuba a essa situação de menor desigualdade aparente em relação a países latino-americanos com os quais pode ter a trajetória comparada, até certo ponto, por sua herança colonial.

Estando além das possibilidades deste artigo analisar cada um dos aspectos por trás desse fenômeno para construir um quadro explicativo amplo e capaz de esclarecer completamente a questão, foi feito um recorte, de forma que o elemento mais específico a ser tratado foi a representação e participação da população feminina em dois momentos considerados cruciais para a construção da identidade nacional cubana: no começo do século XX, após se emancipar da Espanha, e no início do regime de Fidel Castro, após a Revolução Cubana de 1959.

O artigo buscou entender a figura feminina cubana pós-revoluções a partir dos elementos que lhe foram condicionantes, desde os que foram herdados dos enfrentamentos no final do século anterior até os que surgiram durante a revolução de 1959, particularmente a figura das *mambisas*, que podem ser apontadas como

uma das bases e origem histórica da identidade nacional das mulheres cubanas em ambos os momentos, como será demonstrado posteriormente.

O estudo realizou-se a partir de leituras e subsequentes cruzamentos de textos acadêmicos sobre a questão, de modo a fornecerem um quadro a partir do qual se construiu uma síntese que pretende responder a pergunta de como se deu a representação das mulheres nos momentos de construção da identidade nacional cubana e até que ponto isso se converteu, ou não, em políticas de gênero no pós-independência e no início do regime Castro. Também foram observadas as semelhanças e diferenças visíveis entre os dois momentos, considerando a situação social, política e cultural de Cuba, bem como as reivindicações e influências dos feminismos cubanos nas diversas formas e perspectivas como se manifestaram nos dois contextos e a partir das particularidades que assumiram no país.

Em certos pontos foram utilizadas também outras formas de produção textual como referências. As fontes primárias foram aproveitadas mais para exemplificar o que foi lido nos artigos e livros do que como fontes independentes de informação, visto que compreendê-las a fundo e utilizá-las satisfatoriamente para compor a análise do quadro estudado requereria esforços de interpretação que estariam além do que se propunha com este texto e, por si só, justificariam outros estudos.

Dito isso, este estudo não pretende esgotar a questão, mas apenas analisar um fenômeno histórico a partir de um de seus muitos aspectos, e um dos quais foi responsável, ainda à época, por divergências que deixaram para os historiadores de hoje debates a serem estudados. Pretende-se incorporar esses debates neste texto, de forma a contemplar a complexidade do processo analisado, ainda que sem perder a visão geral conferida pelo distanciamento temporal e o foco no que se mostra como hegemônico.

Deve-se atentar para o sentido aqui dado ao conceito de identidade nacional, de uma construção histórica e ideológica, fluída e multidimensional, à qual se refere, nesta investigação, na qualidade de uma síntese das múltiplas representações, por vezes com aspectos contraditórios entre si, que foram produzidas sobre as mulheres cubanas nos momentos históricos estudados.

Buscaram-se, por entre documentos de época e a partir das bases fornecidas por produções acadêmicas que empreenderam esforço semelhante nesse sentido, as características mais comuns e hegemônicas a essas representações para compor o que se entende pela “identidade nacional feminina cubana”. Não se intenta delimitar em minúcias e inflexivelmente qual seria essa identidade, apenas apontá-la, pela forma mais evidente na documentação, como conjunto de referências comuns sobre as mulheres na consciência da sociedade cubana. Nesse sentido, a formação e mutação de tal identidade representam simplesmente o acúmulo e a substituição de referências em acompanhamento e em decorrência dos movimentos em curso da sociedade, cultura, política e estrutura econômica (o que torna momentos revolucionários e pós-revolucionários particularmente relevantes nesse sentido), e não resulta em unidade coesa e autocontida passível de ser lida alheia a múltiplos outros fatores, mas como faceta de um quadro muito mais amplo e de maneira alguma determinante em si mesma de todas as maneiras de se “ser mulher” na sociedade cubana, mas é apenas uma representação de determinadas expectativas coletivas apreendidas nos pontos em que os discursos sobre as mulheres se encontram.

### **PÓS-INDEPENDÊNCIA**

A aliança feminina à liderança masculina e à la pátria, tão frequentemente presente no discurso nacionalista cubano, é um artefato cultural que transcende os períodos históricos da ilha e ideologias dominantes (STONER, 2003, p. 71, tradução nossa).

Assim se inicia o texto de K. Lynn Stoner, que em um esforço semelhante ao deste, busca compreender de que forma a figura feminina apareceu nas formações da identidade nacional cubana. O trecho lança uma base de grande importância para o entendimento da questão: a valorização da participação feminina na construção da identidade nacional cubana após a revolução de 1959 não surgiu como um elemento inteiramente inédito e original do momento, tendo, ao invés disso, raízes no passado cubano que trariam um grande erro à interpretação se fossem ignoradas. Entender a situação feminina do pós-independência é, em função

disso, essencial, para que se perceba o que é ou não herdado de um momento para o outro. Assim, o pós-independência será exposto primeiro.

Antes de partir para a análise histórica da figura das mulheres cubanas nesse processo, porém, é importante, evidentemente, dar a ela uma definição inicial, estabelecendo uma conceituação sucinta a ser utilizada como ponto de partida da análise.

Dessa forma, a imagem das mulheres cubanas no discurso nacional aparece nesse momento atrelada a ideias estereotípicas de papéis de gênero, como a maternidade, mas marcada também pela figura da patriota corajosa pronta para, a qualquer momento, sacrificar a si mesma e sua prole em nome da nação. Mães e esposas em suas posições sociais tradicionais, mas agora com maior agência, particularmente no que se refere a se engajarem pelos interesses da nação que se formava.

O processo que, a partir do repertório cultural trazido do passado cubano e agora adaptado às novas condições políticas e sociais de Cuba, fundou essa ideia será mais bem explorado posteriormente, cabendo agora apontar o que seria o ponto inicial histórico dessa figura feminina revolucionária, situando-a como um dos mais relevantes aspectos da identidade nacional feminina cubana desde o século XIX.

A ideia da cubana combatente e que se dedica acima de tudo à sua nação teria tido sua origem na figura das *mambisas* (STONER, 2003), ícones nacionalistas dos esforços contra a colonização espanhola deliberadamente criados como paradigmas dos novos valores nacionais, a lealdade e o sacrifício pelo Estado. Mulheres capazes de lutar ao lado dos homens ao mesmo tempo em que também eram capazes de atender a posições mais tradicionalmente femininas, sem que reivindicassem muito para si mesmas. Tornaram-se símbolos da devoção nacional e da modernidade ao mesmo tempo em que pouco eram representativas de suas individualidades ou de problemas especificamente femininos, e constantemente associadas à ideia de sacrifício e martírio em nome da nação.

Mas para além da combatividade e dedicação à nação, esse “ser mulher” estereotípico que definia a *mambisa* englobava também, não surpreendentemente, o “ser mãe”. A maternidade aparece para nós como um elemento absolutamente essencial na leitura da identidade da *mambisa*, e conseqüentemente das mulheres cubanas no contexto da independência e formação do Estado nacional, como colocou Pilar Morlón de Menéndez em seu discurso intitulado “Nacionalismo” para o Primeiro Congresso Nacional de Mulheres (MENÉNDEZ, 1923), e o que será feito mais visível adiante no texto.

A evocação das *mambisas* após a independência serviria como marco entre o passado vitorioso, a situação presente e os ideais que se projetavam para o futuro. A imagem aparecia não pela sua veracidade histórica, mas pelo que ela representava em termos de valores que poderiam ser mobilizados para a identidade nacional (STONER, 2003).

Dessa representação e participação ativa no processo de independência, as mulheres cubanas teriam, no pós-guerra, aberto para si a possibilidade de participarem do projeto de formação da nação independente, inclusive pela incorporação das questões de direitos das mulheres como uma causa nacionalista. De fato elas alcançaram alguns direitos (STONER, 1991), mas, no limite, não tanto quanto se desejava, visto que pautas de gênero não recebiam a atenção política esperada pelas mulheres engajadas e até mesmo, para algumas autoras, a independência não havia trazido qualquer benefício real às mulheres cubanas, que continuavam a viver da mesma maneira como o faziam sob o colonialismo espanhol (RUBIO, 1914).

Essa situação levou a uma maior polarização e radicalização de alguns posicionamentos por volta de 1920, alinhados já a ideias socialistas e anarquistas em oposição às mais moderadas. De maneira geral, tratava-se de um debate em que as tendências mais visíveis eram discursos políticos de conteúdo feminista, mas permeados pela figura tradicional das *mambisas* enquanto identidade nacional feminina e conciliados ao nacionalismo, o que teve como consequência a criação do que Catherine Davies chama de “Nacional-feminismo” (DAVIES, 1996) que, apesar

de articulado pelas próprias mulheres, reafirmava papéis femininos tradicionais na estrutura patriarcal da sociedade cubana, visto que as *mambisas* não desviavam essencialmente dessas categorias e que a tentativa de inserção dos direitos das mulheres à ideia de nacionalismo restringia a possibilidade de quebra de paradigmas de gênero, tendo havido, ao invés disso, a apropriação dos mesmos sob diversas formas pelas autoras feministas (DAVIES, 1996). Esse contexto criou, por exemplo, a situação em que feministas alinhadas a ideias revolucionárias foram criticadas pelas feministas liberais por supostamente estarem atacando os “valores familiares” ao criticarem a normatividade do homem branco e da família nuclear, estes interpretados pelas revolucionárias como elementos de uma ideologia capitalista dominante que intentavam combater.

O discurso feminista desse começo de século se manifesta, porém, de forma mais vocal, com menos restrições do que se fazia possível no debate político direto, mas ainda tendo a causa das mulheres atrelada fortemente ao benefício da nação em si, nas produções literárias. Autoras como Africa Fernández Iruela (1919), María Gómez Carbonell (1931), Elisa de Grau (1914), Nieves Xenes (1907), Dulce María Borrero (1912), entre outras, se utilizaram, em suas obras, dessa associação entre as mulheres e a nação cubana, algumas enfatizando especialmente, mais uma vez, a maternidade nessa relação, inclusive traçando paralelos entre o amor materno e o amor à pátria, alinhando-se a ideia de identidade nacional com um elemento essencial de gênero em sua formação.

Esses escritos contestavam também a passividade das mulheres cubanas e reafirmavam a capacidade de agência e participação política delas, não apenas em funções reprodutivas ou produtivas do trabalho na economia capitalista, mas inclusive como educadoras morais da sociedade (DAVIES, 1996), como colocou a autora Celia Sarrá de Averhoff (1931, p. 12, tradução nossa):

Não se limite a ser a incubadora humana, a manufatureira de autômatos que apenas incorporam número à população sem agregar nenhum benefício ou utilidade prática a seu país. Aprenda a homicultura para que seja a gestora de mulheres e homens saudáveis de corpo e consciência.

As autoras mencionadas representam, em geral, a apropriação pelo discurso feminista de elementos paradigmáticos à mulher e à estrutura social tradicional, como foi dito anteriormente, mas podem ser encontradas também produções críticas a essas ideias, representando posicionamentos mais vocais a respeito da posição das mulheres e das estruturas familiares na sociedade cubana, e em desacordo com a lógica mais típica do nacional-feminismo, este mais moderado e em geral mais conciliável com os paradigmas sociais vigentes. Exemplos disso são María Villar Buceta, América Bobia, Emilia Bernal e Amelia de Vera de Lens. Essas mulheres traziam à tona em seus textos essencialmente a ideia de libertação feminina (DAVIES, 1996), interpretando a posição da mulher no presente contexto como de escravidão, reificação, não sendo elas tratadas de fato como seres humanos possuidores de direitos iguais aos dos homens.

Essas autoras faziam as críticas mais contundentes ao androcentrismo e às estruturas patriarcais presentes na sociedade cubana, sendo representantes notáveis de uma ideologia de emancipação feminina nascente ainda em meio a um contexto incipiente e ambíguo para as lutas das mulheres e a partir de uma identidade nacional que, apesar de garantir algum grau de participação e visibilidade feminina, não rompia com alguns dos aspectos mais problemáticos para essas autoras partidárias de posições menos moderada se mais fortemente críticas às estruturas tradicionais. Pode-se interpretar que essa situação se dava em grande parte em função da associação do feminismo com o nacionalismo, considerando que este imputava determinadas características conservadoras ao discurso feminista que com ele se alinhava ao se apropriar da figura das *mambisas*, permitindo às mulheres uma posição relativamente ativa e autêntica, preconizando melhorias que se justificavam por serem concomitantes ao bem-estar da nação, mas ainda assim mantendo em pé velhas barreiras e paradigmas que já eram percebidos como problemas por algumas autoras, mesmo que estas não tenham se dissociado efetivamente do nacional-feminismo ou do esforço pela construção da identidade nacional, o que aparece como uma particularidade cubana em relação a outros

países com histórico de colonialismo, nos quais as lutas femininas assumiram traços mais antagônicos às estruturas nacionalistas em construção (NASTA, 1991).

Retomando as questões levantadas inicialmente acerca dos motivos pelos quais Cuba conseguiu uma posição de destaque entre os demais países latino-americanos em índices de igualdade de gênero, pode-se apontar essa relação diferenciada que o feminismo e o nacionalismo assumiram historicamente como um dos possíveis motivos, partindo do pressuposto de que isso agiu como um catalisador inicial para políticas de orientação feminista e politização das mulheres até certo ponto, quando deixassem de ser identificadas como compatíveis com o bem-estar da nação, mas ainda assim um limite menos estreito para a ação política do que o que seria encontrado em outras nações recém-emancipadas que atualmente se encontram atrás de Cuba na questão de gênero, compreendendo os movimentos nessa área como um processo contínuo e de longa duração mais do que como resultados imediatos de políticas pontuais que um governo engajado possa colocar em prática rapidamente.

### **PÓS-1959**

Com o que foi exposto, é possível passar para uma análise do pós-1959 tendo em mente características que encontrarão, a despeito do novo momento tanto para Cuba quanto para o feminismo, continuidades (ou resgates, considerando elementos específicos de contextos de revolução que se apagam com o tempo) nos discursos e políticas do novo regime mais do que rupturas, até mesmo em função do caráter nacionalista da Revolução.

O governo revolucionário tentou criar uma imagem de feminilidade que pudesse transcender mas não desconsiderar a representação doméstica típica das mulheres. A Nova Mulher foi construída como uma revolucionária exemplar de quem, em adição a seu papel tradicional na esfera privada, se esperava preocupação e envolvimento com a transformação da sociedade cubana; ela seria uma profissional, uma líder e uma cuidadora. (FÁBREGAS, 2010, p. 62, tradução nossa)

Com a colocação acima, Johanna I. Moya Fábregas sumariza a imagem que se pretendeu construir das mulheres cubanas na identidade nacional após a revolução de 1959. Levando somente isso em conta, já é possível perceber dinâmica

semelhante à descrita para o período pós-independência e a evocação de uma figura revolucionária com o mesmo conteúdo presente nas *mambisas*, o que é reiterado posteriormente pela autora junto com o reconhecimento da realidade do início do século XX descrita anteriormente neste texto, enfatizando a manutenção de papéis de gênero tradicionais e a politização atrelada a estruturas patriarcais, apontando as limitações dessa agência (FÁBREGAS, 2010).

A participação das mulheres na política aparece novamente como elemento abraçado nacionalmente enquanto fosse motivada por preocupações relacionadas às responsabilidades das mulheres nos papéis de mães e esposas. A mobilização feminina nas grandes lutas revolucionárias, incluindo a revolução de 1959, se apoia nessas imagens típicas e tradicionais de feminilidade (FÁBREGAS, 2010), como já foi explorado previamente. A contrapartida disso seria, portanto, o não questionamento imediato dos elementos estruturantes da cultura patriarcal que esses papéis tradicionais compunham. A dinâmica das lutas femininas se manteria semelhante à do pós-independência: abraçadas dentro de seu sentido de avanço do bem-estar nacional (coletivo), mas não fora dele, nesse momento também em função da minimização que as questões da esfera privada – onde os elementos patriarcais eram mais pervasivos – recebiam pela lógica do Estado de priorização do enfrentamento de problemas coletivos sobre os individuais.

Dessa forma, a representação cultural atrelada a papéis tradicionais não foi profundamente enfrentada pelo Estado nos primeiros anos do regime, só aparecendo com maior intensidade quando se tornou um problema para a produção (FÁBREGAS, 2010), ainda que dentro dessas limitações, as questões femininas fossem de fato uma preocupação, como evidenciado pela criação ainda em 1960 da *Federación de Mujeres Cubanas*, que entre outras coisas, tinha como objetivo a integração das mulheres à força de trabalho (o que de fato aumentou estatisticamente e permanece em crescimento ainda hoje), mas, novamente, sem remover sistematicamente delas as responsabilidades tradicionais de gênero, inclusive o trabalho reprodutivo (RIESS, 2011), ainda que efetivamente se pautasse pela intenção de alterar velhos paradigmas de gênero para permitir que as mulheres

maximizassem seu envolvimento na revolução, o que realmente ocorre se considerado o aumento da participação na economia. Em outras palavras, percebe-se que o limite de ruptura desses paradigmas é condicionado por quanto eles são impeditivos às funções femininas no projeto revolucionário.

Reconhecidos esses papéis e feito o resgate da atribuição da função de educadoras morais da nação, e portanto peças chaves no avanço do ideal revolucionário, estabeleceu-se uma relação de tutelação por parte do Estado, e mais especificamente com sua personificação em Fidel Castro, que guiaria a participação das mulheres no processo em troca de lealdade e gratidão (FÁBREGAS, 2010), integradas a uma cultura revolucionária cuja determinação do conteúdo, a despeito da crescente participação feminina em outras áreas do debate político, permanecia quase exclusivamente masculina (RIESS, 2011). O que se tem é, portanto, a enunciação do suporte a mobilizações de caráter feminista, mas a limitação das mesmas por uma centralização dessas pautas a estruturas de poder patriarcais e assentadas sobre representações femininas que, ao passo que eram teoricamente identificadas como limitadoras e com necessidade de mudança, não foram inicialmente encaradas em sua essência por esse projeto quando não criavam obstáculos às novas expectativas sobre as mulheres na ação pelo bem estar nacional.

Observa-se um quadro de ambiguidades em que claramente os esforços por questões femininas são novamente condicionados por suas potencialidades para com o crescimento da nação, mas que pela importância identificada em sua participação no processo revolucionário, as mulheres têm sua agência novamente valorizada nesse contexto de fundação de um novo modelo político, como foi na figura das *mambisas* e na construção identitária pós-independência, o que engendra movimentos e políticas importantes apesar de todas as limitações implicadas pelas condições em que isso ocorreu.

Não cabe precisamente no recorte dos primeiros anos do regime de Castro, mas vale fazer menção ao *Código de la Familia*, que em 1975 coloca em questão a dupla jornada feminina enquanto trabalhadoras e responsáveis pelas tarefas

domésticas. O código é inovador no sentido de ser a primeira vez em que a igualdade de sexos no âmbito doméstico é instituída constitucionalmente, ainda que, na prática, não houvesse mecanismos de incentivo ou penalidade para fazer valer a legislação (FÁBREGAS, 2010). Apesar do reconhecimento por parte do Estado dessa assimetria e da criação do *Código de la Familia*, as relações de gênero não passaram nesse momento pela reforma que ele enunciava, a desigualdade em âmbito doméstico se manteve ainda vigente.

Voltando ao tema central e retomando a figura das *mambisas* que dão título a este texto, cabe lembrar que, ao passo que elas não fogem aos paradigmas mais essenciais de gênero, a capacidade de elas assumirem funções alheias aos domínios tradicionais femininos para atender às necessidades da nação é algo igualmente característico. No contexto de cultura revolucionária do pós-1959, tais funções seriam além do combate armado como na figura original das guerrilheiras (este aplicável diretamente às mulheres que combateram na revolução ao lado de Castro), o exercício de profissões e o ingresso na força de trabalho (FÁBREGAS, 2010), de modo que a recuperação por parte do regime desse imaginário (STONER, 2003) se mostrou como uma ferramenta útil para arregimentar mulheres para fortalecer a ideologia revolucionária, contribuir no atendimento das metas da reforma e instigar em uma parcela da população o sentimento nacionalista que define e motiva a Revolução.

O caráter revolucionário do regime e da cultura em construção criavam as condições para, mediante a ideia de luta contínua, uma militarização de diversos aspectos da sociedade cubana em que as mulheres, por meio da evocação da figura tradicional das *mambisas*, poderiam atuar como combatentes leais ao regime e à revolução, revolucionárias exemplares (mesmo sem realmente serem integradas massivamente a funções de fato militares), construindo assim, com bases semelhantes às do início do século, um paradigma da identidade nacional das mulheres cubanas. Essa militarização aparece na literatura iconográfica na forma de um grande número de representações de mulheres como combatentes e conspiradoras, algo com ocorrência proporcionalmente menor na época do pós-

independência, o que demonstra o peso da cultura revolucionária em construir essa imagem combativa para as mulheres (STONER, 2003).

Dessa forma, a limitada mas consistente fuga aos papéis de gênero que o Estado empreendeu foi realizada de maneira relativamente tranquila, visto que não se tratou, absolutamente, de uma ruptura com os elementos mais essenciais e arraigados na cultura e nos microcosmos domésticos e nem surgiu como um esforço inédito de um projeto político estranho à população, mas ao invés disso se pautou em um imaginário reconhecível da temática nacionalista cubana e perfeitamente adequado ao caráter revolucionário que o regime assumia como característica básica.

A contrapartida, evidentemente, é a limitação das possibilidades imediatas de liberação das mulheres, em função da reprodução de estruturas de desigualdade que mantinham mulheres em posição subordinada, bem como pela relação de tutela estabelecida pelo Estado, que é em parte responsável pela dificuldade de formação de movimentos feministas fortes e autônomos em Cuba, que pudessem propor medidas e interpretações próprias de maneira efetiva, por exemplo, estabelecendo uma abordagem interseccional com a questão do racismo, que permanece, reconhecidamente, um problema em Cuba (ALLEN, 2009).

Isso não quer dizer, contudo, que os esforços por maior igualdade, tanto por parte do Estado quanto por mulheres engajadas, por mais limitados que tenham sido pela estrutura social, possam ser considerados desprezíveis, visto que possibilitaram algumas alterações importantes nos paradigmas tradicionais e renunciaram políticas e concepções que, com o tempo, retomando a ideia de que esse movimento é, por essência, um processo contínuo e histórico, tornariam Cuba uma referência em igualdade de gênero na América Latina, por mais que as conquistas ainda estejam longe de serem suficientes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado, os momentos de construção de identidade nacional pós-revolucionários de Cuba no século XX tiveram em comum a evocação de imagens de mulheres combatentes essencialmente vinculadas aos paradigmas de feminilidade tradicionais, mas capazes de atuarem em atividades alheias a eles em nome do desenvolvimento da nação, o que, nos dois momentos, representou quebras pontuais de papéis de gênero e maiores possibilidades de atuação feminina, sem com isso desconstruir os elementos patriarcais da estrutura social ou entrar em choque com os valores tradicionais culturais, possibilitando, assim, a inserção de mulheres nos esforços revolucionários como contribuintes úteis às metas desenvolvimentistas do regime, sobretudo no pós-1959, sem causar grandes rupturas que pudessem ser problemáticas para ele ou comprometer a unidade característica de projetos nacionalistas.

É fato que a construção dessa imagem atendeu a objetos que não, essencialmente, a liberação feminina das opressões de gênero ou o bem-estar das mulheres como um fim em si. Contudo, o condicionamento das políticas ao seu potencial de, por meio da melhoria da situação das mulheres, elevar o bem-estar da nação (em função de que elas assumiram papéis relevantes nesse sentido), não é motivo para desprezar a importância do fenômeno no lançamento das bases que, com o tempo, se desenvolveriam em medidas mais diretas de igualdade de gênero. Nesse ponto, não parece exagerado atribuir parcialmente, a partir de uma perspectiva histórica pensando em mentalidades e processos de longa duração, os bons resultados cubanos em comparação com o resto da América Latina nos índices apontados no início do texto ao que essa identidade nacional feminina possibilitava no âmbito de participação política, entrada na força de trabalho e relação positiva entre os esforços por direitos das mulheres, o regime e o nacionalismo inerente a ele, por mais que existissem ambiguidades, limitações e elementos problemáticos permeando a equação, em particular, como demonstra K. Lynn Stoner (2003), no que se refere à associação da atuação revolucionária feminina ao sacrifício e martírio pela nação.

E a partir dessas considerações, é possível também extrair elementos característicos do feminismo cubano visíveis nos dois momentos, que apesar dos debates e posições destoantes, tem como face hegemônica o alinhamento ao nacionalismo (o nacional-feminismo citado anteriormente) e a incorporação de elementos tradicionais da feminilidade para conferir às mulheres cubanas um papel de alta importância na sociedade em construção. Esses aspectos não seriam, ainda, específicos do movimento feminista cubano em relação ao resto da América Latina (SAMARA, 1994), mas já o destacariam notavelmente do feminismo norte-americano (STONER, 1991).

Com isso, pode-se dizer, possivelmente, que a especificidade do feminismo hegemônico em Cuba, que o diferencia dos que aparecem no resto da América Latina, portanto, para além de ter adquirido menos estigmas em suas relações com o Estado e com a cultura (SAMARA, 1994), reside na própria figura das *mambisas*, que ao passo que mantém esses aspectos tradicionais comuns, prognosticam quebras pontuais dos mesmos, algo que em combinação com a cultura revolucionária do pós-1959 e a importância que ela imputava à participação e identidade nacional feminina, deu uma face aos esforços por igualdade de gênero que, apesar de longe de ideal, considerando os revezes pontuados anteriormente, se mostrou notável no contexto latino-americano e resultou, pelo indicado nesta investigação e a partir do critério estabelecido pelos indicadores, no relativo sucesso do enfrentamento das desigualdades de gênero na Cuba atual.

Reitera-se que não se afirma, no entanto, que isso explique por si só a boa colocação cubana nos indicadores, até mesmo em função das ambiguidades apresentadas no que se refere às expectativas sobre as mulheres cubanas historicamente. Fazem-se necessárias investigações mais aprofundadas, compreendendo um período histórico mais amplo e fontes diversificadas (passando por produções artísticas, textos legais e discursos políticos, entre outras possibilidades) para tentar identificar a que movimentos e fatores mais específicos pode se atribuir o fenômeno e que tipo de representação se faz das mulheres. Nesse sentido, o que neste trabalho foi identificado é proposto na qualidade de

antecedente histórico sobre o qual esses elementos viriam a agir, um recorte temporal de um aspecto da sociedade cubana dotado em si mesmo de contradições e dimensões passíveis de análise. Para um quadro mais compreensivo e conclusivo da questão, as maneiras mais específicas como isso viria a se modificar com o tempo e dialogar com políticas de igualdade de gênero deve ser objeto de pesquisa de outros trabalhos.

Por fim, cabe também questionar os próprios indicadores, que talvez não tenham a amplitude e os meios necessários para contemplar determinadas formas de desigualdade que escapam de seus critérios. Dessa forma, intenta-se dizer que indicadores estatísticos podem não dar conta, talvez pela essência, talvez por sua formulação, de apreender todos os fatores em volta de um determinado fenômeno social, tornando necessário que sejam interpretados por meio de leituras históricas, sociológicas, antropológicas, políticas e outras para que sejam, efetivamente, ferramentas úteis à compreensão de um determinado contexto.

Nesse sentido, a colocação cubana nos indicadores não seria, de maneira alguma, pouco significativa à discussão das relações de gênero no país, mas possivelmente insuficiente, tendo de ser combinada a análises de outras naturezas que possam comprovar ou não se os bons resultados nos indicadores acompanham outros elementos, menos quantificáveis e imediatamente acessíveis, mas igualmente caros à questão (neste caso, especificamente, relativos à permanência de estruturas, representações e expectativas patriarcais sobre as mulheres a despeito da participação política e econômica mais paritária do que em outros países da América Latina, bem como o que isso implica). A negativa a essa hipótese pode representar os limites de uma relação positiva, mas utilitária em última análise, entre o nacionalismo e os esforços pelos direitos e empoderamento femininos, bem como da ausência de autonomia destes em relação a figuras, representações e estruturas essencialmente patriarcais, enquanto que uma resposta positiva representaria que as limitações implicadas por esses fatores puderam ser superadas ao longo do tempo, o que traria outra vez a necessidade de estudos que identifiquem as formas específicas como isso ocorreu.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALLEN, Jafari Sinclair. Looking Black at Revolutionary Cuba. *Latin American Perspectives*, Thousand Oaks: Sage Publications, Inc., v. 36, n. 1, Cuba: Interpreting a Half Century of Revolution and Resistance, parte 1, p. 53-62, jan. 2009.
- AVERHOFF, Celia Sarrá de. A la mujer cubana. *Boletín de la Alianza Nacional Feminista*, v. 1, n. 1, maio 1931.
- DAVIES, Catherine. National Feminism in Cuba: The Elaboration of a Counter-Discourse, 1900-1935. *The Modern Language Review*, Cambridge: Modern Humanities Research Association, v. 91, n. 1, p. 107-123, jan. 1996.
- FÁBREGAS, Johanna I. Moya. The Cuban Woman's Revolutionary Experience: Patriarchal Culture and the State's Gender Ideology, 1950-1976. *Journal of Women's History*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, v. 22, n. 1, p. 61-84, 2010.
- FEDERACIÓN NACIONAL DE ASOCIACIONES FEMENINAS DE CUBA, *Memória del Primer Congreso Nacional de Mujeres: Abril 1-7, 1923*. Havana: Imprenta de la Universal, 1923.
- NASTA, Shusheila. *Motherlands: Black Women's Writing from Africa, the Caribbean and South Asia*. Londres: Women's Press, 1991.
- RIESS, Barbara. Counting Women, Women Who Count: Measures of the Revolution within the Revolution. *Cuban Studies*, Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, v. 42, p. 115-135, 2011.
- RUBIO, Luz. *Consideraciones sobre feminismo*. Havana: Imp. de A. Molina, 1914.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Feminism, Social Justice and Citizenship in Latin America. *Journal of Women's History*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, v. 6, n. 2, p. 135-143, 1994.
- STONER, Kathryn Lynn. *From the House to the Streets: The Cuban Woman's Movement For Legal Reform 1898-1940*. Durham: Duke University Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. Militant Heroines and the Consecration of the Patriarchal State: The Glorification of Loyalty, Combat and National Suicide in the Making of Cuban National Identity. *Cuban Studies*, Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, v. 34, p. 71-96, 2003.